

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XXI
<i>Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho</i>	
PREFÁCIO	XXXIII
<i>Prof. Dr. Geraldo Prado</i>	
PREFÁCIO	XXXVII
<i>Prof. Dr. Cezar Roberto Bitencourt</i>	
RESENHA DA OBRA.....	XLI
NOTA DO AUTOR	XLIII
NOTA DO AUTOR À 5ª EDIÇÃO	XLVII
NOTA DO AUTOR À 7ª EDIÇÃO	XLIX
CAPÍTULO I - UM PROCESSO PENAL PARA QUÊ(M)? BUSCANDO O FUNDAMENTO DA SUA EXISTÊNCIA	1
1. Breve Análise da História da Pena de Prisão e do Processo Penal.....	1
1.1. Breve História da Pena de Prisão	1
1.2. Da Autotutela ao Processo Penal.....	4
2. Constituindo o Processo Penal desde a Constituição. A Crise da Teoria das Fontes. A Constituição como Abertura do Processo Penal	7
3. Superando o maniqueísmo entre “interesse público” <i>versus</i> “interesse individual”. Inadequada Invocação do Princípio da Proporcionalidade.....	11
4. A Influência dos Movimentos Repressivistas. Tolerância Zero para Quê(m)? Desvelando a Hipocrisia do Discurso.....	16
5. Princípio da Necessidade do Processo Penal em Relação à Pena.....	22
6. Instrumentalidade Constitucional do Processo Penal	26
7. Instrumentalidade e Possibilidade de Extinção Antecipada do Processo Penal: Da Prescrição pela Provável Pena a Ser Aplicada à Falta de Justa Causa	29
8. Quando Cinderela terá suas Próprias Roupas? Respeitando as Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal (ou Abandonando a Teoria Geral do Processo)	33
CAPÍTULO II - TEORIAS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO (PENAL)	37
1. Introdução: As Várias Teorias.....	37
2. Processo como Relação Jurídica: A Contribuição de Bülow.....	38
3. Processo como Situação Jurídica (ou a Superação de Bülow por James Goldschmidt)	42
4. Quando Calamandrei Deixa de Ser o Crítico e Rende Homenagens a <i>Un Maestro di Liberalismo Processuale</i> . O Risco Deve Ser Assumido: A Luta Pelas Regras do Jogo	47
CAPÍTULO III - SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS INQUISITÓRIO E ACUSATÓRIO: SUPERANDO O REDUACIONISMO ILUSÓRIO DO SISTEMA MISTO	57
1. Sistema Acusatório.....	58
2. Sistema Inquisitório.....	62
3. O Reduacionismo Ilusório (e insuficiente) do Conceito de “Sistema Misto”: a Gestão da Prova e os Poderes Instrutórios do Juiz.....	68



3.1. A Falácia do Sistema Bifásico	70
3.2. A Insuficiência da Separação (Inicial) das Atividades de Acusar e Julgar	71
3.3. Identificação do Núcleo Fundante: a Gestão da Prova	74
3.4. O Problema dos Poderes Instrutórios: Juízes-Inquisidores e os Quadros Mentais Paranoicos	79
CAPÍTULO IV - (RE)CONSTRUÇÃO DOGMÁTICA DO OBJETO DO PROCESSO PENAL: A PRE-TENSÃO ACUSATÓRIA (PARA ALÉM DO CONCEITO CARNELUTTIANO DE PRETENSÃO)	83
1. Introdução (ou a Imprescindível Pré-Compreensão)	83
1.1. Superando o Reduccionismo da Crítica em Torno da Noção Carneluttiana de “Pretensão”. Pensando Para Além de Carnelutti	84
1.2. Teorias Sobre o Objeto do Processo (Penal)	89
1.2.1. Teorias Sociológicas	89
1.2.2. Teorias Jurídicas	90
1.2.3. Teoria da Satisfação Jurídica das Pretensões e Resistências	91
2. Estrutura da Pretensão Processual (Acusatória)	94
2.1. Elemento Subjetivo	96
2.2. Elemento Objetivo	96
2.3. Declaração Petitória	99
2.4. (O Equívoco da) Pretensão Civil Cumulada	100
3. Conteúdo da Pretensão Jurídica no Processo Penal: Punitiva ou Acusatória? Desvelando mais uma Inadequação da Teoria Geral do Processo	102
4. Consequências Práticas dessa Construção (ou Por que o Juiz Não Pode(ria) Condenar Quando o Ministério Público Pedir a Absolvição...)	107
CAPÍTULO V - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL	113
1. Jurisdicionalidade – <i>Nulla poena, nulla culpa sine iudicio</i>	115
1.1. A Função do Juiz no Processo Penal	117
1.2. A Toga e a Figura Humana do Julgador no Ritual Judiciário: da Dependência à Patologia	120
1.3. A Garantia da Imparcialidade Objetiva e Subjetiva do Julgador: (Re)Pensando os Poderes Investigatórios/Instrutórios. Fundamentação Finalmente Adotada pelo Supremo Tribunal Federal – HC nº 94.641/BA	128
1.4. O Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável (art. 5º, LXXVIII, da CF): o Tempo como Pena e a (De)Mora Jurisdicional	137
1.4.1. Introdução Necessária: Recordando o Rompimento do Paradigma Newtoniano	137
1.4.2. Tempo e Penas Processuais	141
1.4.3. A (De)Mora Jurisdicional e o Direito a um Processo sem Dilações Indevidas... ..	144
1.4.4. Fundamentos da Existência do Direito de Ser Julgado em um Prazo Razoável..	144
1.4.5. A Recepção pelo Direito Brasileiro	148
1.4.6. A Problemática Definição dos Critérios: a Doutrina do Não-Prazo	152
1.4.7. <i>Nulla Coactio Sine Lege</i> : a (Urgente) Necessidade de Estabelecer Limites Normativos	156



1.4.8. Aplicação Prática: Algumas Decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, da Corte Americana de Direitos Humanos e de Tribunais Brasileiros	163
1.4.9. A Primeira Condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Ximenes Lopes <i>Versus</i> Brasil	168
1.4.10. Caso Marcos Mariano da Silva: o Inocente que Ficou 13 Anos Preso sem Sentença	172
1.4.11. Em Busca de “Soluções”: Compensatórias, Processuais e Sancionatórias...	173
1.4.12. Concluindo: o Difícil Equilíbrio entre a (De)Mora Jurisdicional e o Atrapelo das Garantias Fundamentais.....	178
2. Princípio Acusatório: Separação de Funções e Iniciativa Probatória das Partes. A Imparcialidade do Julgador	181
3. Presunção de Inocência (ou um Dever de Tratamento)	183
4. Contraditório e Ampla Defesa	188
4.1. Direito ao Contraditório	188
4.2. Direito de Defesa: Técnica e Pessoal	191
4.2.1. Defesa Técnica	191
4.2.2. A Defesa Pessoal: Positiva e Negativa	195
4.2.2.1. Defesa Pessoal Positiva	195
4.2.2.2. Defesa Pessoal Negativa (<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>).....	199
5. Motivação das Decisões Judiciais. Superando o Cartesianismo.....	201
CAPÍTULO VI - LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	207
1. Lei Processual Penal no Tempo	207
1.1. A Leitura Tradicional: Princípio da Imediatidade	207
1.2. Uma (Re)Leitura Constitucional: Retroatividade da Lei Penal e Processual Penal Mais Benéfica	209
2. Lei Processual Penal no Espaço	214
CAPÍTULO VII - SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR: BREVE ANÁLISE A PARTIR DE SUJEITOS/OBJETO/ATOS.....	215
1. Introdução	215
2. Análise dos Sistemas de Investigação Preliminar.....	217
2.1. Problema Terminológico	217
2.2. Caracteres Determinantes: Instrumentalidade e Autonomia.....	218
2.3. Fundamento da Existência da Investigação Preliminar	219
2.3.1. Busca do Fato Oculto e a Criminal Case Mortality.....	219
2.3.2. Função Simbólica.....	222
2.3.3. Evitar Acusações Infundadas – Filtro Processual	223
3. Órgão Encarregado: Investigação Policial, Juiz Instrutor ou Promotor Investigador ...	228
3.1. Investigação Preliminar Policial	228
3.2. Investigação Preliminar Judicial – Juiz Instrutor.....	233
3.3. Investigação Preliminar a Cargo do Ministério Público: Promotor Investigador....	236
4. Objeto e Grau de Cognição na Investigação Preliminar	241
5. Forma dos Atos da Investigação Preliminar	243



CAPÍTULO VIII - A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR BRASILEIRA: O INQUÉRITO POLICIAL (E SUA CRISE)	247
1. Considerações Prévias. Natureza Jurídica	247
2. Órgão Encarregado	248
2.1. A Polícia Judiciária. Conflito de Atribuições com a Polícia Militar na Lavratura do Termo Circunstanciado	248
2.2. O Ministério Público e o Inquérito Policial	250
3. A Posição do Juiz Frente ao Inquérito Policial: O Juiz como Garantidor e não como Instrutor	253
4. Objeto e sua Limitação	257
4.1. Limitação Qualitativa	258
4.2. Limitação Temporal: Prazo Razoável	259
5. Análise da Forma dos Atos do Inquérito Policial	261
5.1. Atos de Iniciação – Art. 5º do CPP	261
5.1.1. De Ofício pela Própria Autoridade Policial	262
5.1.2. Requisição do Ministério Público (ou Órgão Jurisdicional?)	262
5.1.3. Requerimento do Ofendido (Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada)	264
5.1.4. Comunicação Oral ou Escrita de Delito de Ação Penal de Iniciativa Pública ..	266
5.1.5. Representação do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada	267
5.1.6. Requerimento do Ofendido nos Delitos de Ação Penal de Iniciativa Privada ..	271
5.2. Atos de Desenvolvimento: Arts. 6º e 7º do CPP	272
5.3. A Conclusão do Inquérito Policial. A Impossibilidade de Arquivamento pela Polícia. Arquivamento Implícito (ou Tácito)	282
6. Estrutura dos Atos do Inquérito Policial: Lugar, Tempo e Forma. Segredo e Publicidade	286
a) Lugar	286
b) Tempo	288
c) Forma	289
7. Valor Probatório dos Atos do Inquérito Policial	289
7.1. A Equívoca Presunção de Veracidade	290
7.2. Distinção entre Atos de Prova e Atos de Investigação	291
7.3. O Valor Probatório do Inquérito Policial	292
7.3.1. Valor das Provas Repetíveis: Meros Atos de Investigação	293
7.3.2. Provas Não-Repetíveis: Necessidade do Incidente de Produção Antecipada de Provas	295
7.3.3. Contaminação Consciente ou Inconsciente do Julgador e a Necessidade da Exclusão Física das Peças do Inquérito Policial	297
8. O Indiciado no Sistema Brasileiro	301
8.1. Indiciamento	301
8.2. Circunstâncias para que se Produza a Situação de Indiciado	305
8.2.1. Quando Existe uma Prisão Cautelar	305
8.2.2. Indiciamento sem Prévia Prisão Cautelar	307
9. Consequências do Indiciamento	310
que Assume o Indiciado	311

9.2. Direitos e Garantias Constitucionais e Processuais do Indiciado.....	311
9.2.1. Direitos do Indiciado Preso	311
9.2.2. Direitos do Indiciado em Liberdade	312
10. Direito de Defesa no Inquérito Policial.....	314
11. Garantias do Defensor. O Acesso do Advogado aos Autos do Inquérito. Contradi- tório Limitado. O Problema do Sigilo Interno do Inquérito Policial.....	317
12. Crise do Inquérito Policial e a Busca de um “Sistema Ideal”	321
12.1. Órgão Encarregado	322
12.2. Definir a Situação Jurídica do Indiciado.....	324
12.3. Sumariedade da Investigação Preliminar. Controle do Tempo e a Pena de <i>Inutilizabilità</i>	326
12.4. Forma dos Atos	326
13. A Título de Conclusão: A Opacidade da Discussão em Torno do Promotor Inves- tigador (Mudem os Inquisidores, Mas a Fogueira Continuará Acesa).....	328
CAPÍTULO IX - AÇÃO PROCESSUAL PENAL. (RE)PENSANDO CONCEITOS E CONDIÇÕES DA AÇÃO	333
1. Esclarecimentos Iniciais.....	333
2. Ação Processual Penal – Ius ut Procedatur – Desde a Concepção de Pretensão Acu- satória. Por que não existe “trancamento da ação penal”?	335
3. Natureza Jurídica da Ação Processual Penal.....	338
3.1. Caráter Público	338
3.2. Direito Potestativo em Relação ao Imputado (e Subjetivo Frente ao Estado-Juiz) ...	340
3.3. Ação como Direito Autônomo e Abstrato e/ou como Direito Concreto? A Ne- cessidade do Entreencontro “Conexo Instrumentalmente ao Caso Penal”.....	341
4. Condições da Ação Penal.....	346
4.1. Quando se pode falar em condições da ação?.....	346
4.2. Crítica à Importação de Conceitos do Processo Civil	347
4.3. Em Busca das Condições da Ação Processual Penal. Definições a Partir de suas Categorias Jurídicas Próprias	350
4.3.1. Prática de Fato Aparentemente Criminoso – <i>Fumus Commissi Delicti</i>	351
4.3.2. Punibilidade Concreta	353
4.3.3. Legitimidade de Parte	355
4.3.4. Justa Causa.....	357
4.3.4.1. Justa Causa. Existência de Indícios Razoáveis de Autoria e Materialidade	358
4.3.4.2. Justa Causa. Controle Processual do Caráter Fragmentário da Intervenção Penal.....	358
4.4. Outras Condições da Ação Processual Penal.....	361
4.5. O (Des)Controle das Condições da Ação nos Juizados Especiais Criminais.....	362
5. Ação Penal de Iniciativa Pública.....	364
5.1. Introdução e Cuidados Necessários	364
5.2. Regras da Ação Penal de Iniciativa Pública (Condicionada ou Incondicionada) ..	365
5.2.1. Oficialidade ou Investidura	365
5.2.2. Obrigatoriedade (ou Legalidade).....	365
5.2.3. Indisponibilidade	367
5.2.4. Indivisibilidade.....	368



5.2.5. Intranscendência	371
5.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Pública	371
5.3.1. Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada	371
5.3.2. Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada	376
5.3.3. Ação Penal de Iniciativa Pública Extensiva e a Problemática em Torno da Ação Penal nos Crimes Contra a Dignidade Sexual (Lei nº 12.015/09)	383
6. Ação Penal de Iniciativa Privada	387
6.1. Regras que Orientam a Ação Penal de Iniciativa Privada	389
6.2. Titoriedade (Querelante) e o Prazo Decadencial	390
6.2.1. Procução com Poderes Especiais: A Menção ao Fato Criminoso	391
6.3. Espécies de Ação Penal de Iniciativa Privada	393
6.4. Ação Penal nos Crimes Praticados Contra a Honra de Servidor Público	394
6.5. Renúncia Perdão e Perempção	395
7. Aditamentos Próprios e Impróprios na Ação Penal de Iniciativa Pública ou Privada. Interrupção da Prescrição. Falhas e Omissões na Queixa-Crime	399
7.1. Aditamentos da Ação Penal de Iniciativa Pública	399
7.2. Falhas e Omissões na Queixa-Crime. Existe Aditamento na Ação Penal de Ini- ciativa Privada?	402
8. Da Rejeição da Denúncia ou Queixa. Análise do Art. 395 do CPP Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP	404
8.1. Rejeição. Inépcia da Denúncia ou Queixa	405
8.2. Rejeição. Falta de Pressuposto Processual ou Condição da Ação	408
8.3. Rejeição. Falta de Justa Causa. Condição da Ação	411
8.4. Rejeição Parcial da Denúncia Abusiva. Aplicação do Art. 383 Quando do Recebimento da Acusação	411
8.5. Da Absolvição Sumária. Art. 397 do CPP	413
9. Fixação de Valor Indenizatório na Sentença Penal Condenatória e os Casos de Ação Civil <i>Ex Delicti</i>	414
CAPÍTULO X - JURISDIÇÃO PENAL E COMPETÊNCIA: DE PODER-DEVER A DIREITO FUNDA- MENTAL	423
1. Princípios da Jurisdição Penal	424
1.1. Princípio da Inépcia da Jurisdição	425
1.2. Princípio da Imparcialidade	425
1.3. Princípio do Juiz Natural	426
1.4. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição	428
2. A Competência em Matéria Penal	429
2.1. Qual é a Justiça Competente? Definição da Competência das Justiças Especiais (Militar e Eleitoral) e Comuns (Federal e Estadual)	433
2.1.1. Justiça (Especial) Militar Federal	433
2.1.2. Justiça (Especial) Militar Estadual	436
2.1.3. Justiça (Especial) Eleitoral	439
2.1.4. Justiça (Comum) Federal	439
2.1.5. Justiça (Comum) Estadual	454
2.2. Qual é o Foro Competente (Local)?	456
2.3. Qual é a Vara, o Juízo Competente?	459

2.4. Competência em Razão da Pessoa: A Prerrogativa de Função.....	459
2.4.1. Algumas Prerrogativas Importantes	465
2.4.2. Alguns Problemas em Torno da Competência Constitucional do Tribunal do Júri	468
2.4.3. Prerrogativa de Função para Vítima do Crime?	471
3. Causas Modificadoras da Competência: Conexão e Continência	472
3.1. Conexão	473
3.2. Continência.....	475
3.3. Regras para Definição da Competência nos Casos de Conexão ou Continência ...	476
3.4. Cisão Processual Obrigatória e Facultativa	479
4. Crítica ao Tratamento das (In)Competências Absoluta e Relativa.....	481
4.1. (In)Competência Absoluta e Relativa. Inadequada Transmissão das Categorias do Processo Civil. Manipulação dos Critérios de Competência em Matéria Penal. Varas Especializadas	481
4.2. Por Uma Leitura Constitucional do Art. 567 do CPP	484
5. <i>Case Study</i> (Para Facilitar a Compreensão).....	486
CAPÍTULO XI - DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	491
1. Das Questões Prejudiciais.....	491
2. Dos Processos Incidentes.....	494
2.1. Das Exceções Processuais.....	494
2.1.1. Exceção de Suspeição	496
2.1.2. Exceção de Suspeição por Violação da Garantia da Imparcialidade do Julgador e do Sistema Acusatório. Poderes Instrutórios do Juiz e Prejulgamentos...	502
2.1.3. Exceção de Incompetência	507
2.1.4. Exceção de Litispendência.....	508
2.1.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte.....	510
2.1.6. Exceção de Coisa Julgada	511
2.2. Conflito de Jurisdição e de Competência.....	515
CAPÍTULO XII - TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL	517
1. Conceito e Função da Prova	517
1.1. O Ritual de Reconhecimento	517
1.2. Função Persuasiva da Prova: Crença, Fé e Captura Psíquica	519
2. Provas e Modos de Construção do Convencimento: (Re) Visitando os Sistemas Processuais.....	520
3. Princiologia da Prova.....	527
3.1. Garantia da Jurisdição: Distinção entre Atos de Investigação e Atos de Prova..	527
3.2. Presunção de Inocência	529
3.3. Carga da Prova e <i>in dubio pro reo</i> : Quando o Réu Alega uma Causa de Exclusão da Illicitude, Ele Deve Provar?.....	530
3.4. <i>In Dubio Pro Societate</i> : (Des) Velando um Ranço Inquisitório	534
3.5. Contraditório e Momentos da Prova	536
3.6. Provas e Direito de Defesa: o <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	540
3.7. Valoração das Provas: Sistema Legal de Provas, Íntima Convicção e Livre(?) Convencimento Motivado	542
3.8. O Princípio da Identidade Física do Juiz.....	547



4. O Problema da “Verdade” no Processo Penal.....	549
4.1. Verdade Real: Desconstruindo um Mito Forjado na Inquirição. Rumo à Verdade Processual.....	550
4.2. Desvelando o “Mito da Verdade” no Processo Penal. Rumo à Assunção da Sentença como Ato de Convencimento (de Crença), Mas Sem Cair no Relativismo Cético e Incidir no Erro do Substancialismo	553
4.3. Para Refletir: A Íntima Relação Entre Sistema Processual Inquisitório, Gestão da Prova nas Mãos do Juiz e a “Busca da Verdade”	563
5. Dos Limites à Atividade Probatória	565
5.1. Os Limites Extrapenais da Prova	565
5.2. Provas Nominadas e Inominadas	566
5.3. Limites à Admissibilidade da Prova Emprestada e à Transferência de Provas.....	567
5.4. Limites Impostos ao Substancialismo Inquisitorial. Obtenção de Prova de Crime Diverso. Desvio da Vinculação Causal. Princípio da Especialidade da Prova	569
5.5. Limites à Litude da Prova: Distinção entre Prova Ilícita e Prova Ilegítima.....	576
5.6. Teorias Sobre a Admissibilidade das Provas Ilícitas	579
5.6.1. Admissibilidade Processual da Prova Ilícita	579
5.6.2. Inadmissibilidade Absoluta.....	579
5.6.3. Admissibilidade da Prova Ilícita em Nome do Princípio da Proporcionalidade (ou da Razoabilidade)	580
5.6.4. Admissibilidade da Prova Ilícita a Partir da Proporcionalidade <i>pro reo</i>	582
5.7. Prova Ilícita por Derivação	583
5.7.1. O Princípio da Contaminação e sua Relativização: <i>Independent Source e Inevitable Discovery</i>	583
5.7.2. Visão Crítica: Superando o Reduccionismo Cartesiano.....	590
6. A Produção Antecipada de Provas no Processo Penal.....	594
CAPÍTULO XIII - DAS PROVAS EM ESPÉCIE	597
1. Prova Pericial e Exame de Corpo de Delito	597
1.1. Contraditório e Direito de Defesa na Prova Pericial	602
1.2. Perícia Particular. Possibilidade de Contraprova Pericial. Limitações da Fase Pré-Processual.....	602
1.3. O Exame de Corpo de Delito Direto e Indireto	603
1.4. Das Práticas Inquisitivas na Execução Penal. Crítica aos Laudos Criminológicos	609
1.5. Intervenções Corporais e os Limites Assegurados pelo <i>Nemo Tenetur se Detegere</i> . Recusa a Coisificação do Imputado. É a Prova Técnica a ‘Rainha das Provas’? ...	615
2. Interrogatório.....	620
2.1. A Defesa Pessoal Positiva	620
2.2. A Defesa Pessoal Negativa. Direito de Silêncio. O <i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	624
2.3. Interrogatório do Corréu. Separação. Perguntas da Defesa do Corréu. Repetição do Interrogatório	627
2.4. O Interrogatório por Videoconferência – Lei nº 11.900/09.....	630
2.5. Crítica ao Interrogatório <i>On-line</i> (Videoconferência)	633
3. Da Confissão.....	638
4. Das Perguntas ao Ofendido	640

5. Da Prova Testemunhal	643
5.1. A Polêmica em Torno do art. 212 e a Resistência da Cultura Inquisitória.	643
5.2. Quem Pode Ser Testemunha? Restrições, Recusas, Proibições e Compromisso. Contraditando a Testemunha	649
5.3. Classificando as Testemunhas. Caracteres do Testemunho	653
5.4. A (ilusão de) Objetividade do Testemunho – Art. 213 do CPP	656
5.5. Momento de Arrolar as Testemunhas. Limites Numéricos. Substituição e De- sistência. Pode o Assistente da Acusação Arrolar Testemunhas? Oitiva por Car- ta Precatória e Rogatória.....	658
5.6. Falsas Memórias e os Perigos da Prova Testemunhal. O Paradigmático “Caso Escola Base”	664
6. Reconhecimento de Pessoas e Coisas	674
6.1. (In)Observância das Formalidades Legais. Número de Pessoas e Semelhança Física	674
6.2. Reconhecimento por Fotografia. (Im)Possibilidade de Alteração das Caracterís- ticas Físicas do Imputado. Novas Tecnologias	677
6.3. Breve Problematização do Reconhecimento desde a Psicologia Judiciária.....	680
6.4. (Re)Pensando o Reconhecimento Pessoal. Necessidade de Redução de Danos. Reconhecimento Sequencial.....	683
7. Reconstituição do Delito. Reprodução Simulada	686
8. Acareação	688
9. Da prova documental	690
9.1. Conceito de Documento. Abertura e Limites Conceituais	690
9.2. Momento da Juntada dos Documentos. Exceções. Cautelas ao Aplicar o Art. 479 do CPP	691
9.3. Autenticações. Documentos em Língua Estrangeira (Recusa ao) Ativismo Ju- dicial. O Que São “Públicas-Formas”?.....	693
10. Dos Índícios	694
11. Da Busca e (da) Apreensão.....	695
11.1. Distinção entre os Dois Institutos. Finalidade. Direitos Fundamentais Tensio- nados	695
11.2. Momentos da Busca e da Apreensão	698
11.3. Da Busca Domiciliar. Conceito de Casa. Finalidade da Busca	699
11.4. Busca Domiciliar. Consentimento do Morador. Invalidez do Consentimento Dado por Preso Cautelar. Busca em Caso de Flagrante Delito.....	702
11.5. Requisitos do Mandado de Busca. A Ilegalidade da Busca Genérica. A Busca em Escritórios de Advocacia	705
11.6. Busca Domiciliar. Requisitos para o Cumprimento da Medida Judicial (Dia e Noite). Realização Pessoal da Busca pelo Juiz. Violação do Sistema Acusatório	708
11.7. Apreensão. Formalização do Ato. Distinção entre Apreensão e Medidas Assecu- ratórias (Sequestro e Arresto)	711
11.8. O Problemático Desvio da Vinculação Causal. Aplicação do Princípio da Especialidade da Prova	712



11.9. Da Busca Pessoal. Vagueza Conceitual da “Fundada Suspeita”. Busca em Automóveis. Prescindibilidade de Mandado. Possibilidades e Limites. Busca Pessoal não se Confunde com Intervenção Corporal.....	713
12. Restituição das Coisas Apreendidas. Perda e Confisco de Bens	715
BIBLIOGRAFIA	721

